

**INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ**  
**CAMPUS RURAL DE MARABÁ**

**Plano de Ação**  
**Candidatos à Direção**  
**2016 – 2019**

**Diretor: Prof. MSc. SANDERLEY SIMÕES DA CRUZ**

Março/2016

**PLANO DE AÇÃO**  
**CANDIDATOS à DIREÇÃO**  
**GESTÃO: 2016 a 2019**

**1 PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA**

**1.1 CAMPUS RURAL DE MARABÁ: CRIAÇÃO E MISSÃO**

O Campus Rural de Marabá (CRMB) sucessor da Escola Agrotécnica Federal de Marabá, com sede e foro no município de Marabá, Estado do Pará, é vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) criado pela Lei nº 11.892 de 29.12.2008 a partir da integração dessa Escola com o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal.

O CRMB tem como missão promover a formação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades, sobretudo do médio integrado com o técnico, dos povos do campo (agricultores familiares, camponeses, agroextrativistas, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e ribeirinhos, dentre outros), do Sudeste Paraense, que organizam o território para a produção de sua existência.

As atividades a serem executadas pelo CRMB deverão estar em sintonia com a consolidação e o fortalecimento das potencialidades sociais, ambientais, culturais e econômicas dos arranjos produtivos locais e regionais, privilegiando os mecanismos de desenvolvimento sustentável; estimulando a preservação da biodiversidade; realizando a pesquisa aplicada com vistas a geração e a difusão de conhecimento, disponibilizando, para a sociedade, as conquistas e os benefícios, na perspectiva da cidadania e da inclusão social.

**1.2 REALIDADE MUNDIAL E BRASILEIRA**

A sociedade mundial e brasileira hoje, principalmente nos países ocidentais capitalistas, apresenta-se com forte competitividade, individualista, excludente, explicita fortes marcas do neoliberalismo, doutrina na qual predomina o Estado Mínimo na direção da sociedade, deixando ao mercado o controle das relações sociais e econômicas. Nesta sociedade predomina a falta de humanismo, de respeito ao outro e às instituições sociais, com preconceito, racismo e com grandes índices de violência, falta de perspectivas, desprovida de valores éticos e morais, com corrupção na política e desigualdades socioeconômicas. Sobre os

valores detectou-se o predomínio do “ter” sobre o “ser determinando os comportamentos e relações entre pessoas e coisas, o imediatismo e falta de planejamento e perspectivas futuras.

As desigualdades sociais foram atribuídas à pouca participação do povo nas decisões, à eleição de políticos corruptos, falta de conhecimento dos direitos e deveres, divisão injusta de rendas. Também foram apontados como problemas na sociedade atual a desvalorização dos idosos, desestruturação familiar, falta de acesso das camadas populares ao esporte, cultura e artes.

### 1.3 REALIDADE DO ESTADO DO PARÁ

O Pará é o segundo maior estado do país em extensão territorial, com 1.247.954,320 km<sup>2</sup>, área superior à de países como a Colômbia e a França. Situado na Amazônia Oriental brasileira, possui população estimada em 2014 em 8.073.924 habitantes, distribuídos em 144 municípios (IBGE, 2015).

O maior deles é Altamira com 159 696 km<sup>2</sup>, o quinto município mais extenso do mundo, e o menor é Marituba, com 103,279 km<sup>2</sup>.

Sua capital é o município de Belém, que reúne em sua região metropolitana cerca de 2,3 milhões de habitantes, sendo a região metropolitana mais populosa da região Norte. Outras cidades importantes do estado são: Ananindeua, Santarém, Castanhal, Abaetetuba, Capanema, Bragança, Salinópolis, Altamira, Barcarena, Cametá, Itaituba, Marituba, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Soure e Tucuruí. O relevo é baixo e plano; 58% do território se encontram abaixo dos 200 metros. As altitudes superiores a 500 metros estão nas seguintes serras: Serra dos Carajás, Serra do Cachimbo e Serra do Acari.

Pertencente à Região Norte, é a unidade federativa mais populosa desta macrorregião, com seus 7,9 milhões de habitantes em 2013, e ao mesmo tempo a de maior PIB. O estado é subdividido em 22 microrregiões e 6 mesorregiões. Seus limites são com o estado do Amapá a norte, Roraima a noroeste, Amazonas a oeste, Mato Grosso a sul, Tocantins a sudeste, Maranhão a leste; além do Suriname e Guiana ao extremo norte.

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou em 2011, dois Decretos Legislativos (nº 136/2011 e nº137/2011) que autorizavam a realização de um plebiscito que iria decidir pela criação dos estados de Carajás e Tapajós, que seria uma divisão do estado do Pará. Os decretos ao todo, destinaram recursos de R\$ 10,4 milhões para a realização, sendo promulgados pelo presidente do Congresso Nacional, José Sarney (PMDB-AP). Depois de promulgado, o plebiscito foi realizado em dezembro de 2011. No resultado final, 66,6% dos

eleitores rejeitaram a criação dos estados de Carajás e do Tapajós, enquanto 33,4% se disseram favoráveis. Houve 1,05% de votos nulos e 0,41% em branco, em um total de 3,6 milhões de votos válidos. Cerca de 4.848.495 eleitores estavam aptos a votar, mas houve 1.246.646 abstenções, o equivalente a 25,71% do total. Os eleitores compareceram a 14.249 seções espalhadas em todo o estado.

Alguns analistas criticaram a cobertura considerada excessivamente parcial dos órgãos de imprensa do Pará. De um lado, veículos declaradamente contrários à criação dos estados de Tapajós e Carajás; do outro, jornais favoráveis à medida.

Estudos apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostraram que, em caso de separação do Pará em três estados, no plebiscito realizado no dia 11 de dezembro, todos ficariam deficitários. O Pará registra atualmente um superavit anual de aproximadamente R\$ 300 milhões. Subtraindo as despesas da receita orçamentária do estado, Carajás terá déficit de pelo menos R\$ 1 bilhão anual, Tapajós, de R\$ 864 milhões, e o Pará remanescente, de R\$ 850 milhões. Totalizando aproximadamente um saldo negativo anual de R\$ 2.714 bilhões à União.

O estado do Pará é formado oficialmente pela união de 144 municípios. A última alteração feita entre seus municípios foi entre 1999 e 2012, com a criação e instalação do município de Mojuí dos Campos, desmembrado de Santarém. Atualmente existem 51 pedidos de emancipação de distritos para formação de novos municípios.

Os estados brasileiros são formados por subdivisões criadas pelo IBGE, chamadas de mesorregião que congregam municípios com características similares, tais como: geográficas e sócioeconômicas. Essa subdivisão é usada para fins estatísticos, não constituindo uma entidade política ou administrativa.

Oficialmente, o estado do Pará é dividido em seis mesorregiões: Baixo Amazonas; Marajó; Metropolitana de Belém; Nordeste Paraense; Sudeste Paraense; Sudoeste Paraense.

Por sua vez a mesorregião é subdividida em microrregiões, estipuladas de acordo com a Constituição Brasileira, um agrupamento de municípios limítrofes, com a finalidade de integrar o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual.

O Pará é dividido oficialmente em vinte e duas microrregiões: Almeirim; Altamira; Arari; Belém; Bragantina; Cametá; Castanhal; Conceição do Araguaia; Furos de Breves; Guamá; Itaituba; Marabá; Óbidos; Paragominas; Parauapebas; Portel; Redenção; Salgado; Santarém; São Félix do Xingu; Tomé-Açu e Tucuruí.

A economia é baseada no extrativismo mineral (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, estanho), vegetal (madeira), na agricultura, pecuária, indústria e no turismo.

A mineração é atividade preponderante na região sudeste do estado, sendo Parauapebas a principal cidade que a isso se dedica. Já as atividades agrícolas são mais intensas na região nordeste do estado, onde destaca-se o município de Castanhal; a agricultura também se faz presente, desde a década de 1960, ao longo da malfadada Rodovia Transamazônica (BR-230). O Pará é o maior produtor de pimenta do reino do Brasil e está entre os primeiros na produção de coco da Bahia e banana. São Félix do Xingu é o município com maior produção de banana do país.

A pecuária é mais presente no sudeste do estado, que possui um rebanho calculado em mais de 14 milhões de cabeças de bovinos. A indústria do estado concentra-se mais na região metropolitana de Belém, com os distritos industriais de Icoaraci e Ananindeua, e também vem se consolidando em municípios como Marituba, Barcarena e Marabá através de investimentos na verticalização dos minérios extraídos, como bauxita e ferro, que ao serem beneficiados, agregam valor ao se transformarem em alumínio e aço no próprio Estado. Pela característica natural da região, destacam-se também como fortes ramos da economia as indústrias madeireira e moveleira, tendo um polo moveleiro instalado no município de Paragominas.

O extrativismo mineral vem desenvolvendo uma indústria metalúrgica cada vez mais significativa. No município de Barcarena é beneficiada boa parte da bauxita extraída no município de Paragominas e na região do Tapajós em Oriximiná. No momento Barcarena é um grande produtor de alumínio, e sedia uma das maiores fábricas desse produto no mundo, boa parte é exportado, o que contribui para o município desenvolver um dos principais portos do Pará, no distrito de Vila do Conde. Ao longo da Estrada de Ferro Carajás, que vai da região sudeste do Pará até São Luís do Maranhão, é possível atestar a presença crescente de siderúrgicas. O governo federal implementou em Marabá um pólo siderúrgico e metalúrgico, além das companhias já presentes na cidade. O polo siderúrgico de Marabá utilizava intensamente o carvão vegetal para aquecer os fornos que produzem o ferro gusa, contribuindo assim, para a devastação mais rápida das florestas nativas da região. Mas recentemente este cenário vem mudando, as indústrias estão investindo no reflorestamento de áreas devastadas e na produção de carvão do coco da palmeira Babaçu, que não devasta áreas da floresta nativa porque consiste somente na queima do côco e não do coqueiro, este é produzido principalmente no município de Bom Jesus do Tocantins.

Nos últimos anos, com a expansão da cultura da soja por todo o território nacional, e também pela falta de áreas livres a se expandir nas regiões sul, sudeste e até mesmo no

centro-oeste (nas quais a soja se faz mais presente), as regiões sudeste e sudoeste do Pará tornaram-se uma nova área para essa atividade agrícola. Pela rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163) é escoada boa parte da produção sojeira do Mato Grosso, que segue até o porto de Santarém, aquecendo a economia da cidade tanto pela exportação do grão como pela franca expansão de seu plantio: a produção local já representa 5% do total de grãos exportados.

A pauta de exportação do Pará, no ano de 2012, foi baseada em minério de ferro (59,46%), óxido de alumínio (8,19%), minério de cobre (6,06%), alumínio bruto (5,09%) e bovinos (3,60%).

#### 1.4 OBJETIVOS DO CRMB

√ Formar e qualificar trabalhadores e trabalhadoras do campo, prioritariamente jovens, nas áreas da educação profissional, tecnológica e humanista, através de processos formativos integrados, articulando áreas de conhecimento, saberes popular e científico, formação humana e profissional, diferentes práticas, tempos e espaços pedagógicos, visando contribuir para a sustentabilidade da produção familiar e comunitária do Sudeste Paraense, considerando as dimensões econômica, sociocultural, ambiental e político institucional;

√ Promover o Ensino Técnico Integrado com o Médio nas áreas da educação profissional e cursos superiores de Tecnologia e de outras áreas afins nos níveis de graduação e pós-graduação, visando a formação de profissionais para atuarem nos setores agropecuário, agroflorestal, agroextrativista e agroindustrial, referenciados nos princípios agroecológicos;

√ Ofertar cursos de formação inicial e continuada, com vistas a capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização de profissionais, nas áreas da educação profissional e tecnológica que contemplam a diversidade do campo nos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, ambientais, de gênero, geração e etnia, dentre outros;

√ Ministrare cursos de formação continuada de educadores das escolas do campo que atuam na educação básica e na assessoria técnica e social dos assentamentos da reforma agrária e comunidades;

√ Ministrare educação profissional técnica de nível médio para o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA);

√ Ministrare cursos de Licenciatura Plena em Educação do Campo, com vistas a formação de professores para a educação básica e profissional das escolas do campo;

√ Realizar e estimular a pesquisa e o trabalho como princípios e instrumentos educativos e a produção cultural;

√ Estimular as iniciativas de associativismo, cooperativismo e de economia solidária;

√ Valorizar a diversidade sociocultural e étnica dos povos do campo, especialmente o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena, destacando suas contribuições à formação da sociedade regional e brasileira nas dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais;

√ Garantir nos cursos ministrados e nas diversas iniciativas do Campus os princípios da cidadania ativa;

√ Contribuir para a (re)criação de uma matriz científica e tecnológica comprometida com a segurança alimentar e com a sustentabilidade, pautada nos princípios agroecológicos;

Respeitar as diferenças e buscar garantir a inclusão dos educandos em situação de deficiência financeira nas turmas do ensino regular, prioritariamente do ensino médio, propiciando condições de acesso, reingresso, permanência, progressão e conclusão de estudos e providenciando, quando necessário, serviços de apoio especializado;

√ Observar os ideais e fins da educação, previstos na Constituição Federal e na Lei nº 9.394, de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas regulamentações.

## 1.5 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DA EXPERIÊNCIA DO CRMB E DO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Avalia-se que já existem condições mínimas de trabalho na escola, porém é um desejo coletivo de que os Laboratórios de Biologia, Física, Química e Informática possam ficar em condições de uso, possuindo equipamentos e reagentes em quantidade suficiente para pesquisas e trabalhos e laboratoristas.

As análises feitas sobre o tema democratização do conhecimento, demonstram que não há muita clareza ou unanimidade sobre o assunto, alguns afirmam que a democratização trouxe problemas em relação a disciplina e outros que a democratização é necessária para formação de espíritos críticos e para a escola pública.

A maioria afirma que já discutiu sobre metodologias de ensino em cursos de capacitação, reuniões pedagógicas e conselhos de classe, enquanto outros dizem nunca ter conhecimento sobre o assunto ou que não houve paradas específicas na escola para debate deste tema.

Em relação a avaliação embora seja consenso a necessidade de mudança analisam que as práticas da escola ainda são tradicionais centradas em provas e exames e que também procuram levar em conta as atividades do dia-a-dia, porém atribuindo-lhes um peso menor.

Quando questionados sobre a indisciplina, os professores atribuem à desestruturação familiar, problemas sociais e a má interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a liberação exagerada e falta de limites, refletindo-se em problemas na escola. Consideram justa e legítima preocupação da escola com a disciplina, visto que sem ela afirmam que não há possibilidade de concretização de uma prática pedagógica competente e coerente.

A formação inicial dos professores e funcionários no geral é boa dentro do mínimo exigido para função, quanto aos professores especificamente, todos possuem estão em processo de formação continuada através de cursos de especialização, mestrados, doutorados e pós-doutorados.

As relações de trabalho na escola em geral são amigáveis e respeitadas com cada qual cumprindo suas tarefas e nos momentos em que se faz necessário, tais como eventos, projetos, feiras, todos os segmentos trabalham em conjunto.

Percebe-se ainda algumas contradições entre a teoria que fundamenta as Diretrizes Curriculares e os objetivos maiores de construção de um homem crítico, criativo e transformador, em relação a prática desenvolvida tanto na metodologia adotada quanto em relação às práticas avaliativas dos professores.

## 1.6 CONCEPÇÃO TEÓRICA QUE NORTEARÁ O PLANO DE AÇÃO

A Concepção Teórica adotada para o plano é a mesma expressa no Projeto Político Pedagógico construído coletivamente e que se baseia nas diretrizes emanadas pelos povos do campo, levando em consideração a realidade histórico-social-econômica onde a escola e alunos estão inseridos.

Nesta concepção a sociedade está em permanente transformação, movida pela luta de interesses contrários da classe dominante e da classe dominada, desses interesses diversos advém as contradições como molas propulsoras de mudanças sociais.

Os homens/mulheres do campo são percebidos como sujeitos e objetos, condicionados ao meio onde nasceram, inseridos numa cultura e economia, porém com capacidade de interferir e gerar também mudanças.

A escola/educação formal é vista como um dever do Estado, direito de todos os cidadãos, deve ser laica, gratuita, de qualidade. Tem o compromisso na transmissão do saber científico e sistematizado, cultura historicamente acumulada.

O conhecimento, portanto, não pode ser qualquer conhecimento, tem que ser científico e organizado de tal forma que permita a apreensão pelos educandos.

O conhecimento transmitido necessita levar em conta a cultura local e regional, as diversidades étnicas. Além da formação científica e tecnológica nas várias áreas de conhecimento do currículo, visa, conforme LDB 9.394/96 e PCNs Ensino Médio, a formação para cidadania, preparação para o trabalho e para a continuidade de estudos, desenvolvendo conceitos e convivências amparadas em princípios de democracia participativa e noções ético-políticas.

### 1.7 ANÁLISE ENTRE O PONTO DE PARTIDA E PONTO DE CHEGADA:

Utilizando-se do materialismo-histórico-dialético, partimos do real (ação), vamos para a reflexão (teoria ou fundamentação) e retornamos para um novo real ou prática fundamentada (práxis), geradora de mudanças.

O ponto de partida, diagnóstico da realidade no permiti o levantamento de alguns problemas que pretendemos resolver no decorrer da gestão: evasão, baixo rendimento, educadores desmotivados, necessidade de aquisição de equipamentos e mobiliários e melhoria na estrutura física, os quais serão desenvolvidos no quadro de metas e ações da gestão.

### 1.8 COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO

O compromisso ético-político está descrito de forma clara em todo o texto, quando expressa a escola enquanto espaço de apreensão do conhecimento pelas classes populares que muitas vezes, têm na escola o único lugar de acesso ao saber elaborado.

O Plano será norteado pelos princípios constitucionais e da legislação educacional que orientam o direito de acesso e permanência com sucesso no interior da escola que precisa constituir-se como espaço de respeito às diferentes culturas, valores e idéias, desenvolvimento de noções de democracia na própria vivência escolar: participação como representantes de turma, participação no Conselho Escolar e no Grêmio Estudantil. Para que a escola seja democrática precisamos manter um bom padrão de qualidade e gratuidade, pois isso possibilitará maior inclusão social.

## 2 MECANISMOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

O desafio de transformar a escola num espaço onde se vivencia a plenitude da democracia implica a construção de uma política pública que contemple a participação efetiva dos diversos atores sociais do universo escolar – diretores, professores, alunos, pais e comunidade – na formulação e na implementação da gestão democrática. Esse processo deve acontecer de maneira harmoniosa. Mas não pode pretender que a união em torno da democracia dentro dos colégios elimine conflitos ou divergências. Eles são parte intrínseca dessa construção e devem ser enfrentados.

Somente com estruturas gestoras fortalecidas, poderão consolidar princípios, métodos, práticas e relações de gestão tanto eficientes quanto democráticas. Isso possibilitará uma nova relação de poder dentro dos estabelecimentos de ensino que será essencial para a construção de um projeto escolar comprometido com a qualidade, no qual questões como repetência contará com a participação de todos os atores envolvidos, esses, com base nas possibilidades disponíveis em sua realidade, buscarão soluções conjuntas para os problemas.

Outro benefício advindo de gestão democrática é a ampliação da presença da escola em sua comunidade, de modo que possa intervir para a melhoria da realidade social, econômica e cultural da região.

A participação do estudante na escola deve ser estimulada ao máximo, para tanto, é fundamental o fortalecimento dos grêmios estudantis, como representatividade legítima dos alunos e de interlocução com outros partícipes da escola, até mesmo sobre os projetos pedagógicos e sobre a utilização racional dos recursos. Assim, a noção de democracia estará nascendo dentro de cada estudante a partir de seu próprio cotidiano dentro do ambiente escolar.

As eleições são fator indispensável para a construção da democracia, apesar de não serem suficientes para assegurá-las. São várias as opções sobre quem será esse gestor, indo do mais tradicional, o diretor, e passando por outras alternativas, tais como Conselho Escolar e Grêmios Estudantis, que contemplam ampla participação dos sujeitos envolvidos.

A docência é elemento fundamental no processo, é preciso superar a incômoda divisão de trabalho bem como os limites das relações hierárquicas, os quais, apesar de necessários para a administração da escola, não facilitam o processo de construção democrática, afinal, todos devem se sentir responsáveis em igual escala para que se sintam estimulados a participar.

### **3 FORMAÇÃO CONTINUADA**

Será promovida a formação continuada no decorrer do ano letivo por meio de palestras, reuniões, grupos de estudos, conselhos de classe, e hora-atividade. Visa a melhoria do trabalho de professores, equipe pedagógica e funcionários em função dos objetivos e metas propostos no Projeto Político Pedagógico. Atualmente, devido a gestão democrática compartilhada, envolve-se todos os segmentos, inclusive alunos e pais em reuniões dos colegiados, reuniões pedagógicas, fóruns.

## **4 ELABORANDO O PLANO DE AÇÃO DO CANDIDATO A DIREÇÃO DO CRMB**

### **4.1 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO PLANO DE AÇÃO:**

#### **4.1.1 Estabelecimento**

CAMPUS RURAL DE MARABÁ - IFPA

MUNICÍPIO: MARABÁ

CANDIDATO A DIREÇÃO: Prof. MSc. SANDERLEY SIMÕES DA CRUZ

#### **4.4.2 Objetivos gerais**

Este Plano de Ação visa explicitar as propostas para Gestão 2016-201 do Campus Rural de Marabá, pertencente ao Instituto Federal do Pará. Nele estão expressos o diagnóstico da situação atual da escola, os pressupostos teóricos que o nortearão, a concepção de gestão democrática, as propostas de metas/ações e cronograma.



#### 4.4.3 Ações, responsável e cronograma

| 1 – Problemas detectados | 2 - Metas que queremos alcançar   | 3 - Ações para o alcance das metas   | 4 - Responsáveis pelas ações   | 5 – Como avaliar os resultados das ações   |
|--------------------------|---|--|--|--|
| a) Evasão                | - Diminuir a evasão   | Reuniões com Pais e Professores;<br>Comprometimento de cada educador em denunciar casos de desistência;<br>Contato com o aluno desistente e com seus responsáveis;<br>Estabelecer contato efetivo e pedagógico com o aluno visando a permanência com sucesso do mesmo;<br>Encaminhamento para tratamento clínico em geral; | Professores;<br>Equipe Pedagógica;<br>Pais ou Responsáveis;<br>Alunos.     | Reuniões Pedagógicas;<br>Conselho de Classe<br>Reuniões com os pais;<br>Dados estatísticos apresentados;<br>Assembléias. |
| b) Baixo Rendimento      | Estimular o gosto pelo estudo;<br>Melhorar o acervo bibliográfico;<br>Rever práticas pedagógicas do Ensino. | Palestras educativas;<br>Adaptações curriculares<br>Vídeos;<br>DVDs;<br>Músicas;<br>Dança;<br>Teatro;<br>Poesia;   | Professores;<br>Equipe Pedagógica;<br>Pais ou Responsáveis;<br>Comunidade. | Mudança de comportamento e atitudes;<br>Comparação de dados estatísticos referente ao rendimento escolar semestral.      |

|  |  |   |   |  |
|--|--|---|---|--|
|  |  | Projetos Interdisciplinares;<br>Atendimento em contra turno.  |   |  |
| c) Educadores desmotivados               | Valorizar o Profissional da Educação como agente de transformação social;<br>Incentivar a Formação continuada. | Reuniões Pedagógicas envolvendo todos os funcionários e professores;<br>Dinâmicas de valorização do Profissional;<br>Confraternização envolvendo todos os funcionários;<br>Envolvimento dos pais em atividades escolares, recreativas, esportivas e culturais;<br>Divulgação dos méritos alcançados.<br>Palestras que auxiliem o professor na sua prática diária. | Equipe Pedagógica;<br>Pais;<br>Direção;<br>Conselho Escolar;<br>Comunidade. | Envolvimento do profissional na Escola como um todo;<br>Desenvolvimento de Projetos;<br>Melhora no relacionamento professor x aluno. |
| d) Equipamentos, mobiliários e melhorias | Computadores e impressoras p/sala de aulas;<br>Lixeiras p/reciclagem;<br>Material de Arte;<br>Conforme demanda | Solicitação ao IFPA;  | Gestor;<br>Conselho Escolar;  | Reuniões Periódicas com:<br>Conselho Escolar;<br>Comunidade Escolar;   |
| e) Estrutura Física                      | Finalização das obras pendentes no Campus;<br>Adaptação da Infraestrutura do Campus.                           | Reivindicar junto a Direção do Campus e Reitoria do IFPA;   | Gestor;   | Acompanhamento pela Direção das solicitações através dos Protocolos;   |

Marabá, 16 de março de 2016

PROF. MSC. SANDERLEY SIMÕES DA CRUZ  
CANDIDATO A DIRETOR